

26 de março de 2019

Principais Agregados das Administrações Públicas
2018 – Dados provisórios

Principais Agregados das Administrações Públicas

O INE apresenta os dados dos Principais Agregados das Administrações Públicas (AP), relativos à estimativa provisória anual de 2018 e enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC 2010¹.

De acordo com esta estimativa provisória, o setor das AP apresentou, em 2018, uma necessidade líquida de financiamento de 913 milhões de euros, correspondente a 0,5% do PIB.

As contas do setor das AP apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010). Complementarmente são seguidas as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas².

Os dados apresentados são consistentes com a primeira notificação de 2019 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também hoje divulgada.

O quadro 1 apresenta os valores provisórios dos principais agregados das AP para o ano de 2018, discriminados por subsetor:

QUADRO 1 - PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PRELIMINARES

ANO: 2018

Unidade: Milhões de euro

Código da operação	Designação da operação	Administrações Públicas S.13	Administração Central S.1311	Administração Regional e Local S.1313	Fundos de Segurança Social S.1314
OTE	Despesa Total	88 627	64 962	11 798	24 640
OTR	Receita Total	87 714	61 603	12 222	26 661
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	-913	-3 358	424	2 021

Nota:

Para o total da despesa (OTE) e o total da receita (OTR), a soma dos subsetores não é igual ao valor do total do setor das AP, por efeitos de consolidação de algumas operações.

¹ Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia.

² Este documento está disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-GQ-16-001>

O setor institucional das AP registou uma necessidade líquida de financiamento de 913 milhões de euros em 2018, o que corresponde a 0,5% do PIB. Esta necessidade de financiamento teve origem no subsetor da Administração Central, uma vez que os subsetores da Administração Regional e Local e dos Fundos de Segurança Social apresentaram capacidade líquida de financiamento.

Estes resultados têm como referência a base 2011 das Contas Nacionais. Os próximos (setembro de 2019) terão como referência a base 2016 das Contas Nacionais Portuguesas, em preparação. Entre as alterações com a implementação da nova base, incluem-se as relativas à delimitação setorial que, de acordo com a informação disponível, apontam para um pequeno efeito positivo sobre o saldo das AP em 2018.

O quadro 2 apresenta as principais componentes da receita das Administrações Públicas, em que os dados relativos aos anos 2017 e 2018 têm, respetivamente, naturezas provisória e preliminar:

QUADRO 2 - RECEITAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euro

Código da operação	Designação da operação	2017	2018
OTR	Receita Total	83 110	87 714
	Receita Corrente	82 311	86 854
	da qual		
D.2	Impostos sobre a produção e a importação	29 042	30 873
D.61	Contribuições Sociais	22 685	23 801
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc...	19 719	20 991
D.9	Receita de Capital	798	860

A receita total das AP aumentou 5,5% (cerca de 4,6 mil milhões de euros) em 2018 face ao ano anterior, devido sobretudo ao comportamento da receita corrente.

A receita corrente registou um aumento de 5,5% em 2018, impulsionada por aumentos significativos (superiores a mil milhões de euros) nas suas componentes com maior peso relativo: os impostos sobre a produção e a importação cresceram 6,3%, os impostos correntes sobre o rendimento e património aumentaram 6,4% e as contribuições sociais aumentaram 4,9%.

A receita de capital apresentou um aumento de 7,7% devido ao efeito combinado do crescimento das ajudas ao investimento recebidas da União Europeia (17,9%, em cerca de 86 milhões de euros) e da redução das outras transferências de capital (variação de -7,3%, correspondente a 23 milhões de euros), apesar do aumento da recuperação de créditos do BPP (166,3 milhões de euros em 2018, que compara com 72,7 milhões de euros em 2017).

O peso relativo da receita corrente no total da receita manteve-se em 99,0% em 2018. O peso relativo dos impostos sobre a produção e a importação aumentou 0,3 pontos percentuais (p.p.) (de 34,9% para 35,2%), tendo o dos impostos correntes sobre o rendimento e património aumentado em 0,2 p.p. (de 23,7% para 23,9%). O peso relativo das contribuições sociais diminuiu 0,2 p.p., para 27,1% do total da receita das AP.

O quadro 3 apresenta os valores provisórios das principais componentes da despesa das AP para os anos de 2017 e 2018:

QUADRO 3 - DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euro

Código da operação	Designação da operação	2017	2018
OTE	Despesa Total	88 876	88 627
	Despesa Corrente	80 286	82 173
	da qual		
D.1	Remunerações dos Empregados	21 299	21 765
D.62	Prestações Sociais, exceto Transferências Sociais em Espécie	32 159	33 134
D.41	Juros	7 437	6 956
D.9+P.5+NP	Despesa de Capital	8 589	6 454

A despesa total das AP diminuiu 0,3% entre 2017 e 2018, em resultado do efeito combinado da diminuição de 24,9% (em cerca de 2,1 mil milhões de euros) na despesa de capital e de um aumento de 2,3% (correspondente a 1,9 mil milhões de euros) na despesa corrente.

A diminuição da despesa de capital foi, em larga medida, afetada pela inclusão, em 2017, da operação extraordinária de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, no montante aproximado de 3,9 mil milhões de euros. Em 2018 as transferências de capital do setor das AP contemplaram principalmente: *i)* a transferência do Fundo de Resolução decorrente da ativação do mecanismo de capital contingente do Novo Banco, no montante de 792 milhões de euros; *ii)* o empréstimo e a concessão de uma garantia prestados pela Direção Geral de Tesouro e Finanças ao Fundo de Recuperação de Créditos dos investidores não qualificados titulares de papel comercial da ESI e Rio Forte no montante de 280,6 milhões de euros; *iii)* a concessão de uma garantia pelo Governo Regional dos Açores à SATA Air Açores, no valor de 65 milhões de euros. A despesa em formação bruta de capital (investimento) aumentou 3,9% (cerca de 206 milhões de euros) nos anos em análise.

A despesa corrente apresentou um aumento de 2,3% entre 2017 e 2018. Esta variação foi resultado do efeito combinado do aumento das prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie e das remunerações dos empregados, em 3,0% e 2,2%, respetivamente, e de uma diminuição de 6,5% nos encargos com juros (no montante de 481 milhões de euros).

Considerando os pesos relativos das diferentes componentes da despesa total, a despesa corrente que representava 90,3% da despesa total em 2017, passou a representar 92,7% em 2018. Os pesos relativos das prestações sociais e das remunerações aumentaram 1,2 p.p. e 0,6 p.p., respetivamente, tendo os encargos com juros passado a representar 7,8% da despesa total (8,4% em 2017). O peso despesa de capital diminuiu 2,4 p.p. entre 2017 e 2018, passando a representar 7,3% do total da despesa.

O quadro 4 apresenta os saldos das AP para os anos de 2017 e 2018:

QUADRO 4 - SALDOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euro

Código da operação	Designação da operação	2017	2018
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	-5 766	-913
	Saldo Corrente	2 025	4 681
B.9 - D.41	Saldo Primário	1 671	6 043

A necessidade líquida de financiamento do setor das AP diminuiu 4 853 milhões de euros entre 2017 e 2018, fixando-se em 913 milhões de euros em 2018 (0,5% do PIB, face a 3,0% do PIB em 2017), em resultado do efeito combinado de aumento na receita total (em 5,5%) e de diminuição da despesa total (em 0,3%).

No que diz respeito ao saldo primário, correspondente ao saldo global líquido do pagamento de juros, verificou-se em 2018 um aumento de 4 372 euros face ao ano anterior, apresentando um valor positivo no montante de 6 043 milhões de euros.